

***CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO***

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015***

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores da  
**Confederação Brasileira de Tiro Esportivo**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2017.

**FSA NETWORK Consultores**  
CRC-RJ-003004/O-2

A handwritten signature in black ink, appearing to read "L. Soares".

**Levi O. Soares**  
Contador-CRC-RJ-031950/O-9

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais, centavos omitidos)**

<b>ATIVO</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.771.277	2.163.663	Obrigações fiscais	194.427	200.352
Outros ativos	16.788	383.422	Obrigações com terceiros Governamentais	39.458	81.135
	<u><b>1.788.065</b></u>	<u><b>2.547.085</b></u>		500.811	1.759.096
				<u><b>734.696</b></u>	<u><b>2.040.583</b></u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Imobilizado	357.543	402.698	Provisão para contingências	81.355	-
	<u><b>357.543</b></u>	<u><b>402.698</b></u>		<u><b>81.355</b></u>	<u><b>-</b></u>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			Superávit acumulado	1.329.557	909.200
				<u><b>1.329.557</b></u>	<u><b>909.200</b></u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u><u><b>2.145.608</b></u></u>	<u><u><b>2.949.783</b></u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<u><u><b>2.145.608</b></u></u>	<u><u><b>2.949.783</b></u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>RECEITAS</b>		
Mensalidades de atiradores	1.073.868	1.079.057
Inscrição de torneios	636.036	735.859
Outras receitas	366.770	-
	<u><b>2.076.674</b></u>	<u><b>1.814.916</b></u>
<b>DESPESAS</b>		
Despesas gerais	(485.905)	(558.925)
Despesas administrativas	(790.152)	(929.572)
Despesas com pessoal	(155.356)	(298.658)
Despesas tributárias	(4.150)	(23)
Resultado financeiro líquido	(220.754)	96.322
	<u><b>(1.656.317)</b></u>	<u><b>(1.690.856)</b></u>
<b>Resultado do exercício</b>	<u><b>420.357</b></u>	<u><b>124.060</b></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>785.140</b>	<b>785.140</b>
Superávit do exercício	124.060	124.060
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u><b>909.200</b></u>	<u><b>909.200</b></u>
Superávit do exercício	420.357	420.357
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u><b>1.329.557</b></u>	<u><b>1.329.557</b></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	420.357	124.060
<b>Ajustes</b>		
Depreciação	71.223	137.280
Depósitos judiciais	-	84.032
Provisão para contingências	81.355	-
	<u>572.935</u>	<u>345.372</u>
<b>Variação do ativo/passivo circulante</b>		
Outros ativos	366.634	(226.067)
Outros passivos	<u>(1.305.887)</u>	<u>1.812.306</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>(366.318)</u>	<u>1.931.611</u>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	<u>(26.068)</u>	<u>(1.097)</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades de investimentos</b>	<u>(26.068)</u>	<u>(1.097)</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(392.386)</u>	<u>1.930.514</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.163.663	233.149
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.771.277	2.163.663
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(392.386)</u>	<u>1.930.514</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015**  
**(Em reais, centavos omitidos)**

**1. Contexto operacional**

A Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, designada pela sigla CBTE, filiada à International Shooting Sport Federation (ISSF), à Confederación Americana de Tiro (CAT), à Confederación Sudamericana de Tiro (CST), à Confederación Iberoamericana de Tiro (CIT), à World Field Target Federation (WFTF), e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, desde 01 de dezembro de 1999, constituída pelas Entidades filiadas de administração do desporto do tiro nos estados e Distrito Federal.

A CBTE, dentro da sua finalidade desportiva, tem como principal objetivo administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, em todo o país, o esporte do tiro em todos os níveis, inclusive o paralímpico praticado por portadores de deficiências.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis**

**2.1 Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

## **2.2 Principais práticas contábeis**

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

### **a. Resultado das operações**

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios.

### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

### **c. Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

**d. Passivo circulante**

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

**e. Imposto de renda e contribuição social**

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

**f. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

**g. Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Caixa</b>	<b>436</b>	<b>489</b>
Banco do Brasil S.A. – Recursos próprios	18.721	2.818
Banco Itaú S.A.– Recursos próprios	10	10
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	15.980	21.795
Caixa Econômica Federal – Ministério dos Esportes	331.595	383.135
Caixa Econômica Federal – COB	169.234	-
<b>Bancos conta corrente</b>	<b>535.540</b>	<b>407.758</b>
Banco do Brasil S.A. – Recursos próprios	669	108.252
Banco Itaú S.A. – Recursos próprios	258	1.704
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	1.147.374	62.000
Banco do Brasil S.A. – Ministério dos Esportes	-	1.583.460
Caixa Econômica Federal – COB	87.000	-
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>1.235.301</b>	<b>1.755.416</b>
<b>Total</b>	<b>1.771.277</b>	<b>2.163.663</b>

### 4. Outros ativos

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Gastos a recuperar – Ministério dos Esportes	-	300.329
Crédito com terceiros	16.788	83.093
<b>Total</b>	<b>16.788</b>	<b>383.422</b>

O Convênio com o Ministério dos Esportes (nº 778135) foi firmado em 2012 e os recursos somam o valor total de R\$ 2.572.560, cabendo à destinação do Ministério dos Esportes, o valor de R\$ 2.532.060, equivalente a 98,43%, sendo a primeira parcela liberada no valor de R\$ 1.272.780 em janeiro de 2013, e a última parcela liberada em 2015 no valor de R\$ 1.259.280, não restando valores a repassar pelo Convênio. A contrapartida financeira da Entidade, no valor de R\$ 40.500, equivale a 1,57% do valor firmado.

Durante o exercício de 2015, a Entidade incorreu em gastos com recursos próprios no valor de R\$ 145.014 (R\$ 155.315 em 2014),

Durante o exercício de 2016, a Entidade reconheceu como despesa os gastos incorridos, devido ao encerramento do projeto em agosto de 2016, a devolução do saldo não utilizado ocorreu em fevereiro de 2017.

## 5. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

	Taxas anuais de depreciação	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10%	158.904	(100.360)	58.544	58.491
Máquinas e equipamentos	10%	399.705	(316.180)	83.525	88.857
Edifícios, imóveis e terrenos	10%	180.312	(180.312)	-	-
Instalações	10%	24.987	(14.677)	10.310	11.644
Veículos	20%	40.325	(27.508)	12.817	17.401
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	453.419	(261.683)	191.736	215.525
Direito de uso	10%	9.713	(9.713)	-	-
Outros imobilizados	10%	112.466	(111.855)	611	10.780
		<b>1.379.831</b>	<b>(1.022.288)</b>	<b>357.543</b>	<b>402.698</b>

## 6. Governamentais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

		2016	2015
Convênio com Ministério dos Esportes	(i)	331.595	1.462.708
Comitê Olímpico Brasileiro – COB	(ii)	169.216	296.388
		<b>500.811</b>	<b>1.759.096</b>

- (i) Durante o exercício de 2015, a Entidade recebeu recursos de 02 convênios com o Ministério dos Esportes, que foram firmados em 2014 com o objetivo de proporcionar uma estrutura técnica para melhoria das condições de preparação do atleta de tiro esportivo e proporcionar participação dos atletas da seleção brasileira nas principais competições de tiro ao prato, visando os Jogos Rio 2016, além do convênio informado na nota explicativa nº 4, conforme detalhamos a seguir:

Convênio nº 812253:

O Convênio foi firmado em 31 de dezembro de 2014 e os recursos somam o valor total de R\$ 1.168.627, cabendo à destinação do Ministério dos Esportes, o valor de R\$ 1.151.022, equivalente a 98,49%. Este valor foi recebido integralmente em abril de 2015, não restando valores a repassar por este convênio. A contrapartida financeira da Entidade equivale a 1,51% do valor firmado, no valor de R\$ 17.605.

O projeto foi encerrado em novembro de 2016 e o saldo remanescente não utilizado foi devolvido.

Convênio nº 813849:

O Convênio foi firmado em 31 de dezembro de 2014 e os recursos somam o valor total de R\$ 1.968.500, cabendo à destinação do Ministério dos Esportes, o valor de R\$ 1.938.962, equivalente a 98,49%, sendo a primeira parcela liberada no valor de R\$ 964.000 em março de 2015, e a última parcela liberada em março de 2016 no valor de R\$ 974.692, não restando valores a repassar pelo convênio. A contrapartida financeira da Entidade equivale a 1,51% do valor firmado, no valor de R\$ 29.808.

O projeto foi encerrado em novembro de 2016 e o saldo remanescente não utilizado foi devolvido.

Os saldos por Convênios estão assim demonstrados:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Convênio nº 778135	331.595	767.718
Convênio nº 812253	-	474.135
Convênio nº 813849	-	220.855
	<u><b>331.595</b></u>	<u><b>1.462.708</b></u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, o Convênio 778135 foi encerrado em fevereiro de 2017, os saldos remanescentes foram devolvidos e os gastos não recuperáveis foram reconhecidos como despesa da Entidade.

- (ii) Durante o exercício, a Confederação Brasileira de Tiro Esportivo recebeu adiantamentos do COB, no montante de R\$ 3.866.003, através de recursos da Lei Agnelo/Piva. O montante de R\$ 3.993.175 foi utilizado nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2016, que era de R\$ 169.216 (R\$ 296.388 em 2015), será devolvido ao COB ou aplicado em projetos no próximo exercício.

## **7. Provisão para contingências**

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, a Entidade apresenta R\$ 81.355 de processos com probabilidade de perda provável na esfera trabalhista.

A Companhia tem uma ação de natureza trabalhista, envolvendo risco de perda classificado como possível, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há a necessidade da provisão.

## **8. Patrimônio líquido**

O Patrimônio líquido é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade.

## **9. Seguros**

A Administração da Entidade optou por não realizar a contratação de seguros para cobertura de eventuais perdas que possam surgir com relação aos principais bens do ativo imobilizado, por julgar que os saldos estejam pulverizados em diversos itens de pequeno valor.